

BRIDGES NETWORK

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável

VOLUME 10, NÚMERO 8 - OUTUBRO 2014



Regulação do comércio: barreira ou impulso?

BARREIRAS REGULATÓRIAS

O Brasil e as barreiras regulatórias ao comércio

COMPETITIVIDADE

O Pacote de Bali e a implementação do Portal Único nos Estados Unidos e no Brasil

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

A política de compras públicas sustentáveis e sua evolução no Brasil



International Centre for Trade
and Sustainable Development

PONTES

VOLUME 10, NÚMERO 8 - OUTUBRO 2014

PONTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável em língua portuguesa.

ICTSD

International Centre for Trade and Sustainable Development

Genebra, Suíça

EDITOR EXECUTIVO

Ricardo Meléndez-Ortiz

EDITOR CHEFE

Andrew Crosby

EQUIPE EDITORIAL

Manuela Trindade Viana

Bruno Varella Miranda

Fernando Marques

CONSULTORA EDITORIAL

Michelle Ratton Sanchez Badin

DESIGN GRÁFICO

Flarvet

LAYOUT

Oleg Smerdov

Se deseja contatar a equipe editorial do Pontes, escreva para: pontes@ictsd.ch

O PONTES recebe com satisfação seus comentários e propostas de artigo. O guia editorial pode ser solicitado junto à nossa equipe.

BARREIRAS REGULATÓRIAS

4 O Brasil e as barreiras regulatórias ao comércio

Vera Kanas, Carolina Jezler Muller

BARREIRAS REGULATÓRIAS

8 Os padrões privados e sua relação com o Acordo TBT da OMC

Flávia C. L. Alves, Rogerio O. Corrêa, Jorge A. P. Cruz, Diego E. Pizetta

COMPETITIVIDADE

12 O Pacote de Bali e a implementação do Portal Único nos Estados Unidos e no Brasil

Celia Feldpausch

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

15 A política de compras públicas sustentáveis e sua evolução no Brasil

Adriana Maria Magalhães de Moura

PROPRIEDADE INTELECTUAL

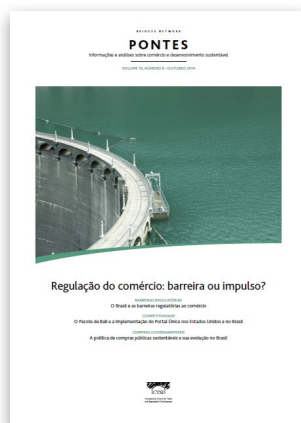
20 Análise dos contratos de tecnologia pelo poder público: o caso brasileiro

Denis Borges Barbosa

23 Informações úteis

24 Publicações

Menos é mais?



Em um momento marcado pelo segundo turno das eleições presidenciais no Brasil, as atenções estão voltadas ao papel do Estado na rotina econômica. Baseada em uma dicotomia fundamental – desregulamentação versus intervencionismo –, essa discussão está, na realidade, em constante estado latente. Basta que um evento externo a estimule para que argumentos básicos de ambos os grupos sejam ativados. Atualmente, a campanha eleitoral constitui o fator responsável por intensificar o debate, mas algo parecido poderia ocorrer em resposta a alguma iniciativa no Congresso ou decisão polêmica do Executivo, por exemplo.

Sob qualquer circunstância, chama atenção a rapidez com que os partidários da “desregulamentação” e do “intervencionismo” são capazes de reunir opiniões e adequá-las a um caso específico. Não raro tamanha agilidade indica um perigoso reducionismo. Afinal, muitos se esquecem de que a desregulamentação não significa a superação de qualquer tipo de regra ou participação naquilo que é produzido e consumido por uma sociedade. Pelo contrário, desregulamentar implica unicamente a escolha de instituições com propriedades específicas. Em outras palavras, o papel do Estado na economia não se resume à sua atuação direta nos mercados: também é necessário compreender sua atuação como árbitro e facilitador das relações entre pessoas e empresas.

Embora tratando de diferentes setores e partindo de temáticas diversas, os textos publicados neste número do Pontes oferecem a você, prezado(a) leitor(a), a possibilidade de refletir sobre o papel do Estado na rotina econômica. Mesmo um país desprovido de empresas estatais, ou caracterizado por uma reduzida carga tributária, deve tomar decisões importantes: o que pode ser produzido e comercializado em seu interior? Quais os procedimentos obrigatórios em uma importação? Que princípios regerão as relações entre agentes privados?

Um Estado, ademais, por menor que seja, é um importante consumidor de bens e serviços. De que maneira, então, as preferências de um órgão público são definidas quando aquisições são necessárias? No supermercado, o indivíduo escolhe não apenas entre produtos finais, mas também entre processos produtivos. Com o Estado, não é diferente: uma compra governamental vai além daquilo que se vê, compreendendo uma série de decisões estratégicas por parte do poder público. Compreender a natureza dessas escolhas é fundamental, tamanho o poder de influência desses consumidor gigante na economia.

Longe de esgotar o debate, os textos que compõem este número do Pontes buscam unicamente inspirar o compartilhamento de ideias. Tanto o [site do Pontes](#) quanto nosso [e-mail](#) possibilitam a você, prezado(a) leitor(a), participar ativamente das discussões, contribuindo com seu ponto de vista.

Esperamos que aprecie a leitura.

A Equipe Pontes

BARREIRAS REGULATÓRIAS

O Brasil e as barreiras regulatórias ao comércio

Vera Kanas, Carolina Jezler Muller

Este artigo mapeia a atuação do Brasil na OMC em matéria de barreiras regulatórias, bem como os órgãos do governo envolvidos nesse processo. Nesse contexto, as autoras analisam os temas em que o país tem questionado e sido demandado por outros membros.

As barreiras regulatórias vêm se impondo como um dos principais entraves ao comércio internacional. Com a redução progressiva das tarifas nas diversas rodadas de negociação do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT, sigla em inglês) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), as barreiras regulatórias adquiriram maior importância e tornaram-se um importante instrumento para a proteção da produção nacional de diversos países.

Se medidas como barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias se mostram necessárias para a proteção de bens comuns (por exemplo, saúde humana, meio ambiente e direitos do consumidor), por outro lado, tais barreiras podem servir de instrumento para a aplicação de políticas protecionistas que prejudicam os fluxos internacionais de comércio.

Nesse sentido, o Acordo de Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT, sigla em inglês) e o Acordo sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS, sigla em inglês) da OMC buscam regular o uso desse tipo de políticas, estabelecendo regras para o uso de barreiras e incentivando o uso de padrões internacionais, a fim de promover a harmonização de tais medidas e evitar que causem distorções ao comércio internacional. A OMC possui, ainda, dois Comitês vinculados a esses acordos, que servem como foro de discussão sobre os impactos das medidas regulatórias impostas pelos membros da Organização nas suas importações.

Cabe apontar que a OMC não define os padrões internacionais a serem utilizados por seus membros: apenas estabelece parâmetros para a implementação das medidas regulatórias. Os padrões adotados por cada membro são determinados por organizações internacionais, entidades regionais e agências nacionais.

As barreiras brasileiras

O Brasil é membro da OMC e participa das principais entidades responsáveis pela definição de padrões internacionais, com destaque para a Organização Internacional para Padronização (ISO, sigla em inglês)¹, na área de barreiras técnicas; a Organização Mundial para Saúde Animal (conhecida por sua antiga sigla, OIE); a Convenção Internacional para a Proteção das Plantas (IPPC, sigla em inglês); e o Codex Alimentarius, da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês), para barreiras sanitárias e fitossanitárias.

O governo brasileiro considera que a maior parte dos regulamentos técnicos adotados é baseada em padrões internacionais, e os demais se baseiam em critérios de desempenho. Com referência às barreiras sanitárias e fitossanitárias, o país aceita certificados sanitários e zoossanitários emitidos por organizações científicas internacionais, e suas avaliações de risco estão em conformidade com os padrões da IPPC e da OIE (WT/TPR/S/283).

No âmbito doméstico, os padrões (voluntários) são elaborados pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), e os regulamentos técnicos (obrigatórios) são emitidos por 31 agências federais, incluindo o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), que também atua como o ponto focal do Brasil no Comitê de TBT da OMC (WT/TPR/S/283). As medidas sanitárias e fitossanitárias são controladas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), pelo Ministério da Pesca e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), todos pontos focais no Comitê de SPS da OMC.

Preocupações específicas de comércio (1995 a 2013)

- No Comitê SPS: 368
- Contra o Brasil: 14
- No Comitê TBT: 421
- Contra o Brasil: 20

O INMETRO, o MAPA, a ANVISA e outros órgãos do governo brasileiro² responsáveis por impor barreiras regulatórias têm também por competência a participação no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), no qual devem expressar seu consentimento para a importação de produtos sujeitos a controles técnicos, sanitários e fitossanitários, que requerem licenças não automáticas de importação.

De maneira geral, as barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias impostas pelo Brasil são pouco questionadas pelos exportadores, e um número limitado de preocupações específicas de comércio (STC, sigla em inglês) foi levantado nos Comitês TBT e SPS. Os membros da OMC podem apontar STC relativas a medidas TBT e SPS implementadas por outros membros ou a serem implementadas (após a notificação junto ao Comitê competente). Esse mecanismo oferece aos membros um foro de negociação sobre essas medidas regulatórias e, por vezes, funcionam como uma fase prévia a uma disputa no Órgão de Solução de Controvérsias da OMC.

De janeiro de 1995 a dezembro de 2013, foram levantadas no Comitê SPS apenas 14 STC – em um universo de 368 STC – contra o Brasil (G/SPS/GEN/204/Rev.14). Os questionamentos abrangiam: medidas referentes à “doença da vaca louca” (BSE, sigla em inglês) e notificações sobre tais medidas; requisitos para a importação de vinho; restrições à importação de trigo; proibição de importação de coqueiros e produtos derivados; requisitos à importação de sementes de batata; importação de ostras vivas; avaliação de risco de pestes para importação de plantas; não reconhecimento de *status* “livre de febre suína” e “livre de doença de Newcastle” para determinadas regiões; restrições a bovinos; rotulagem de produtos de origem animal; medidas relativas a sardinhas em latas e a camarões. Os STCs foram levantados principalmente pela União Europeia (UE) e pelo Canadá, dois membros bastante ativos no Comitê. Das STC levantadas contra o Brasil, 8 foram consideradas resolvidas e 6 permanecem pendentes (G/SPS/GEN/204/Rev.14).

No Comitê TBT, foram levantadas 20 STC contra o Brasil, em um universo de 421 STC. As medidas abrangiam: certificação de chupetas e mamadeiras; rotulagem de produtos têxteis; rotulagem de produtos contendo organismos geneticamente modificados; requisitos para a importação de vinhos; medidas sobre bebidas e bebidas alcoólicas; certificação obrigatória de baterias; requisitos para registro de instrumentos médicos e brinquedos; requisitos de identificação e padrões de qualidade de álcool etílico e outras bebidas destiladas; produtos de saúde; registro e notificação de alimentos; registro para rotulagem de produtos de origem animal; requisitos para tabaco e proibição de aditivos em cigarros; medidas relacionadas a sardinhas enlatadas, requisitos de avaliação de conformidade para segurança de aparelhos eletrônicos; estabelecimento da Câmara Técnica de Cosméticos da ANVISA; e projeto de regulação da ANVISA sobre aparelhos médicos usados, remodelados e emprestados. As STC foram levantadas por UE, Estados Unidos e México e nenhuma delas foi reportada ao Comitê como resolvida³.

A principal crítica feita ao Brasil com relação às medidas TBT e SPS é a notificação tardia das medidas que serão aplicadas pelo país. Os acordos da OMC exigem que novas medidas TBT e SPS a serem aplicadas pelos membros sejam notificadas ao respectivo Comitê com antecedência mínima de 60 dias, de modo que os demais membros tenham tempo hábil para comentar o projeto. Um número expressivo de notificações do Brasil foi

A principal crítica feita ao Brasil com relação às medidas TBT e SPS é a notificação tardia das medidas que serão aplicadas pelo país. Os acordos da OMC exigem que novas medidas (...) sejam notificadas ao respectivo Comitê com antecedência mínima de 60 dias

O Brasil em ação na OMC

- 37 STC levantadas no Comitê TBT
- 27 STC levantadas no Comitê SPS

feito com antecedência inferior a 60 dias. No Comitê SPS, esse número chegou a 85% das notificações feitas entre 2009 e 2013 (WT/TPR/S/283).

Entre outras reclamações dirigidas ao Brasil pelos exportadores, o relatório sobre barreiras técnicas do Representante dos Estados Unidos para Comércio (USTR, sigla em inglês), por exemplo, critica a demora na obtenção do registro de aparelhos médicos no Brasil, processo que pode chegar a três anos, segundo exportadores estadunidenses. Críticas também são direcionadas à certificação de produtos de telecomunicações, que exige o teste dos produtos no Brasil – o que resultaria em altos custos, redundância de testes e atraso para a inserção desses produtos no mercado⁴. O USTR aponta, ainda, a dificuldade de obtenção de informações e consequente falta de transparência nos procedimentos exigidos por cada agência ou ministério para a concessão de licenças não automáticas de importação para determinados produtos. Em especial, são relatadas dificuldades na obtenção de licença não automática para importação de produtos têxteis, vestuário, calçados, bem como o setor automotivo⁵.

A Comissão Europeia, por sua vez, destacou dificuldades em obter análise de risco de pragas para plantas. Segundo a Comissão, tais análises têm sido concluídas com sérios atrasos, sendo finalizadas em 10 anos em alguns casos. Obstáculos também têm sido enfrentados no setor químico: a importação de nitro celulose foi frequentemente negada pelo Ministério da Defesa, em razão de medidas de segurança⁶.

Apesar de alguns entraves pontuais, as medidas regulatórias em geral não constituem grandes barreiras às importações brasileiras. Quando problemáticas, tais medidas costumam ser criticadas mais pela demora na obtenção das autorizações exigidas por cada órgão do governo do que por requisitos materiais impostos por essas medidas.

A atuação do Brasil na OMC

O Brasil é bastante ativo na OMC, em especial nas negociações multilaterais e no Sistema de Solução de Controvérsias. Sua participação nos Comitês TBT e SPS também é relevante, em especial se comparada a outros países em desenvolvimento.

No Comitê TBT, o país levantou 37 STC em relação a medidas adotadas por outros membros da OMC. Desse total, apenas 1 foi sustentada pelo Brasil isoladamente: as demais foram feitas em conjunto com outros países, o que pode indicar pouco protagonismo brasileiro no tema. A grande maioria das STC foi dirigida à UE e envolve produtos básicos ou semimanufaturados, o que reflete o perfil exportador do Brasil, marcado por *commodities*. O país é menos atuante que Estados Unidos e UE – os dois membros mais ativos, seguidos de Canadá, China e México –; mas é mais participativo que países em desenvolvimento como Índia, África do Sul, Argentina, Chile, Turquia e Tailândia ⁷.

No Comitê SPS, o Brasil levantou 27 STC. Nesse Comitê, diferentemente daquele em TBT, o país costuma apresentar isoladamente de outros membros seus questionamentos. Estes são direcionados a um conjunto diverso de integrantes da OMC: a UE foi objeto de 5 STC, seguida de Indonésia, Japão e África do Sul, com 3 STC cada (G/SPS/GEN/204/Rev.14). Novamente, percebe-se uma participação bastante tímida por parte do Brasil, quando comparada àquela apresentada por Estados Unidos e UE, mas próxima de países como China e Canadá e superior ao perfil de Austrália, Chile, Índia e México.

Conclusão

A proliferação de barreiras regulatórias ao comércio é uma tendência verificada especialmente em países desenvolvidos, cujas tarifas já são bastante baixas e cujo nível de desenvolvimento permite a adoção de padrões mais rígidos para os produtos comercializados dentro de seu território.

Nos países em desenvolvimento, a utilização de medidas regulatórias – em especial aquelas que diferem dos padrões internacionais – ocorre em menor grau, ainda que haja um aumento recente no número de medidas aplicadas. Isso porque, muitas vezes, o mercado consumidor não tem condições de arcar com os altos custos atrelados aos

padrões aplicados; e a indústria doméstica enfrenta dificuldades em se adequar a padrões demasiado elevados.

Além disso, em razão da estrutura institucional mais sólida, do grande número de pessoal e do volume de recursos para a elaboração de estudos, pesquisas e análises acerca do tema, os países desenvolvidos – em especial aqueles com grande participação no comércio internacional – também são os que se mostram mais atuantes nos Comitês da OMC.

De fato, a identificação de barreiras regulatórias nos mercados estrangeiros é complexa e de difícil verificação, uma vez que exige a análise da regulação doméstica do país importador. Desse modo, exportadores e governos de países em desenvolvimento muitas vezes não dispõem dos recursos necessários para promover uma adequada análise das barreiras regulatórias que enfrentam em suas exportações e, conseqüentemente, não conseguem adotar as medidas necessárias para combater tais barreiras.

Nesse contexto, o Brasil, como economia emergente, não é objeto de muitos questionamentos sobre suas medidas regulatórias, e sua participação na OMC é menos expressiva que a de países desenvolvidos. Por outro lado, em uma comparação com países em desenvolvimento, o tamanho da economia brasileira e a importância concedida pela diplomacia brasileira à OMC permitem que o país apresente uma participação bastante satisfatória.

-
- ❶ São membros da ISO os órgãos padronizadores de cada país, sendo admitido apenas um órgão por país. O Brasil é representado pela ABNT.
 - ❷ Alguns exemplos são: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Agência Nacional do Cinema (ANCINE), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).
 - ❸ Ver: WTO. TBT Information Management System (TBT IMS).
 - ❹ Ver: USTR. 2014 Report on Technical Barriers to Trade. Abr. 2014, pp. 52-3.
 - ❺ Ver: USTR. 2014 National Trade Estimate Report on Foreign Trade Barriers. Mar. 2014, pp. 33-40.
 - ❻ Ver: European Commission. Trade – Market Access Database, Brazil.
 - ❼ Ver: WTO. TBT Information Management System (TBT IMS).



Vera Kanas
Sócia do TozziniFreire
Advogados.



Carolina Jezler Muller
Advogada associada do
TozziniFreire Advogados.

BARREIRAS REGULATÓRIAS

Os padrões privados e sua relação com o Acordo TBT da OMC

Flávia C. L. Alves, Rogerio O. Corrêa, Jorge A. P. Cruz, Diego E. Pizetta

A partir de um mapeamento dos principais selos de qualidade (oficiais e não oficiais), os autores analisam os impactos da multiplicação de padrões privados de qualidade sobre as regras multilaterais de comércio, com especial atenção ao caso do Brasil.

A proliferação de selos de qualidade no mundo indica um mosaico de tendências de comportamento que relacionam consumo, qualidade dos produtos, métodos de produção e gestão de processos. Essa tendência pode ser positiva quando revela que os consumidores estão mais conscientes e exigentes sobre as condições dos produtos adquiridos. Por outro lado, pode constituir práticas protecionistas. A exigência de um selo ou certificação de determinado produto como reflexo de regras estabelecidas para sua comercialização em um mercado pode, ainda, indicar uma proteção decorrente de um padrão privado.

Aqui, é importante destacar que a expressão "selo" será utilizada neste artigo genericamente e associada a qualquer mensagem gráfica presente na embalagem ou no próprio produto. Já a expressão "certificação" será empregada nos casos dos selos oficiais, instituídos pelo governo. Além disso, o termo "selos não oficiais" será associado a padrões privados.

Selos de qualidade

O Acordo sobre Barreiras Técnicas (TBT, sigla em inglês) foi estabelecido quando da criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995. Segundo o Acordo TBT, os procedimentos de avaliação da conformidade são utilizados para atestar, direta ou indiretamente, que os requisitos dos regulamentos técnicos (compulsórios) ou das normas técnicas (voluntárias) estão sendo cumpridos.

No Brasil os principais mecanismos de avaliação da conformidade são: certificação, declaração do fornecedor, inspeção e ensaio. No caso da certificação, existem aquelas de tipo compulsório e as de caráter voluntário. As primeiras são previstas em procedimentos oficiais de avaliação da conformidade, emitidos por uma autoridade regulamentadora governamental, quando se entende que o produto, processo ou serviço pode oferecer riscos à segurança do consumidor ou ao meio ambiente, ou ainda que o desempenho do produto, se inadequado, pode trazer prejuízo econômico à sociedade.

Por sua vez, as certificações voluntárias são aquelas também previstas em procedimentos de avaliação da conformidade, desenvolvidos por organização governamental ou não governamental, e são utilizadas por fabricantes ou importadores para agregar valor ao produto, representando uma vantagem competitiva em relação aos concorrentes.

Outros países também seguem a tendência de atestar a qualidade de um produto por meio de selos ou certificações. Essa tendência gera acréscimos no custo de produção, já que exportar para diferentes mercados com exigências distintas obriga que o mesmo produto tenha vários tipos de marcações diferentes.

Selos oficiais no Brasil

Entende-se por selos oficiais as certificações exigidas pelo governo, compulsória ou voluntariamente, que têm como objetivo garantir segurança aos consumidores. Um exemplo de programa de certificação compulsória é aquele estabelecido pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) com relação aos capacetes,

Um exemplo de selo não oficial: a ABIC

- Criado em 1989
- 459 torrefadoras participantes
- 1.148 marcas de café

Fonte: ABIC (2014)

com vistas a garantir a segurança dos condutores e passageiros de motocicletas e similares por meio do cumprimento das exigências técnicas estabelecidas em sua fabricação.

Entre as certificações de tipo voluntário, destaca-se o selo Cerflor (Programa Brasileiro de Certificação Florestal), também estabelecido no Brasil pelo Inmetro, em parceria com a Sociedade Brasileira de Silvicultura (SBS) e a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O objetivo dessa certificação é atestar que os produtos derivados de florestas plantadas ou nativas são manejados de acordo com requisitos estabelecidos pelas normas brasileiras. Neste caso, o consumidor não terá prejuízo no uso de um móvel, por exemplo, que não cumpre requisitos de sustentabilidade. No entanto, exigências desse tipo têm figurado cada vez mais entre os critérios de escolha dos consumidores.

Nos dois exemplos citados é possível perceber a importância das certificações. Uma boa prática adicional seria que a certificação contenha uma mensagem de qualidade ao consumidor e informações fidedignas sobre o produto, de forma a estimular a produção com qualidade e práticas de consumo consciente, bem como promover a concorrência justa, a melhoria contínua da qualidade e a agregação de valor às marcas.

Selos não oficiais no Brasil

Os selos não oficiais apresentam um caráter voluntário e são desenvolvidos por entidades privadas, não devendo constituir impedimento à circulação do produto em um mercado. Mediante comunicação eficiente, esses selos atestam a qualidade dos produtos, induzindo o consumo. Outrossim, representam uma forma de prover bem-estar, pois geram confiança e segurança ao consumidor, além de agregar valor à marca.

A título ilustrativo, o selo de Pureza da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) busca combater a fraude e a comercialização de cafés de baixíssima qualidade e com alto percentual de impurezas. Esse selo não garante ao consumidor a qualidade em relação ao sabor, mas sim em relação à pureza e ao preço justo do produto. Apesar de não ser um selo oficial, sua obtenção exige o cumprimento de regras estabelecidas pelo Programa Permanente de Controle da Pureza do Café (PPCPC) da ABIC. Além disso, todas as amostras são submetidas a uma análise de pureza, cujo resultado determinará a obtenção do selo.

Existem, ainda, selos que não se referem à qualidade do produto, mas a uma causa social da empresa. Este é o caso do selo "Amiga da Criança", da Fundação da Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos (ABRINQ), criado para estimular o investimento social privado em ações para a infância e adolescência, bem como para apoiar as empresas na qualificação de suas ações, de modo que estejam em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Além da causa social, esse selo pode ser usado em embalagens e demais materiais de divulgação, agregando valor à marca e garantindo uma imagem diferenciada ao produto.

Com os exemplos citados, é possível associar os selos não oficiais com controle da qualidade e/ou agregação de valor à marca. Tais exigências, entretanto, também podem gerar falsas expectativas ao consumidor e barreiras comerciais e serem utilizadas para proteção de mercado direta ou indiretamente.

Selos oficiais no exterior

Um exemplo bastante conhecido de selo oficial fora do Brasil é a marcação de "Conformidade Europeia" (CE), estabelecida para facilitar a circulação de mercadorias entre os países europeus. O referido selo não busca constituir um certificado de qualidade, mas sim, evidenciar o cumprimento da lei por parte dos fabricantes. Mesmo assim, é possível associá-lo com um selo de qualidade, uma vez que este último implica o cumprimento de requisitos técnicos.

Por se tratar de um selo oficial, os membros da União Europeia (UE) devem designar ou instituir autoridades (notified bodies) para realizar a vigilância do mercado (*market surveillance*) onde existem tais exigências. Estão sujeitos à marcação CE produtos elétricos

Oferta de esquemas privados de certificação na UE

1965: 1
1980: 5
1995: 37
2010: 181

Fonte: Comissão Europeia (2010)

de baixa tensão para construção-civil, brinquedos, aparelhos a gás, dispositivos médicos, entre outros. A responsabilidade pelas informações associadas a esses bens recai tanto sobre o fabricante quanto sobre o importador; já a fiscalização da correta utilização dessas informações é feita pelos Estados membros.

Selos não oficiais no exterior

Ainda usando o mercado europeu como exemplo, mas desta vez para tratar dos selos não oficiais, é possível citar o EurepGAP. Criado em 1997, por iniciativa de varejistas membros do EUREP (sigla para *Euro-Retail Produce Working Group*), o selo EurepGAP tem por missão desenvolver normativas e procedimentos de ampla aceitação para o uso do selo global de Boas Práticas Agrícolas (GAP, sigla em inglês). A partir de 2007, passou-se a adotar a denominação GlogalGAP, com o objetivo de reforçar seu papel internacional no estabelecimento de boas práticas agropecuárias. O selo é fornecido pelo setor privado, sua adesão é voluntária e pode ser fornecido a um produtor ou a um grupo de produtores (pertencentes ou não a uma associação ou cooperativa), com o objetivo de garantir a segurança dos produtos *in natura* oferecidos ao consumidor. Porém, sem o selo, os itens cobertos pela norma não têm acesso ao mercado varejista europeu – não pela impossibilidade de acessar tal mercado, mas pela falta de interesse dos varejistas em vender tais produtos, constituindo-se uma verdadeira barreira de acesso a mercados.

Nesse contexto, surge um conceito informal chamado “voluntário”, ou seja, o selo possui caráter voluntário – uma vez exigidos por sistemas não oficiais –, mas adquiriu caráter compulsório na prática – pois passou a ser reconhecido e exigido pelo mercado e pelos consumidores. O tema tem sido discutido no âmbito da OMC por meio da formulação conceitual “padrões privados”.

As discussões na OMC sobre padrões privados

O que são padrões privados? E qual é seu impacto sobre o comércio internacional? Padrões privados constituem exigências desenvolvidas por instituições privadas que dispõem de grande poder de compra e, dessa forma, influenciam o comércio internacional. Muitas vezes, tais instituições apresentam características transnacionais, de forma que pode ser muito grande o impacto dessas exigências sobre as exportações de alguns produtos de países em desenvolvimento.

Um bom exemplo disso é a já mencionada GlobalGAP, certificação que até hoje causa preocupações relevantes aos parceiros comerciais da UE, por se tratar de um modelo privado, estabelecido por normas voluntárias, fortemente relacionado com as exportações de produtos agrícolas para o mercado europeu.

O Brasil, como importante produtor de frutas e potencial fornecedor para a UE, precisa cumprir as normas exigidas por cadeias atacadistas desse bloco. O GlobalGAP pode, assim, resultar na impossibilidade de acesso aos maiores mercados de consumo do bloco europeu, assim como pode significar um acréscimo ao preço final oferecido ao consumidor devido ao cumprimento das exigências – e, conseqüentemente, perda de competitividade para os produtores brasileiros.

Esse tema é de grande controvérsia, pois os membros da OMC comprometem-se a adequar suas legislações ao regimento da Organização, mas os padrões privados permanecem à margem do arcabouço institucional multilateral. No entanto, o desenvolvimento de padrões privados geralmente conta com o apoio financeiro de estruturas estatais, o que permitiria que os países-sede dessas organizações não governamentais fossem questionados por tais práticas na OMC.

Durante as discussões nas reuniões do Comitê de TBT da OMC, o tema “padrões privados” tem sido objeto de preocupações de países em desenvolvimento como Brasil, China, Egito e Índia. Esses questionamentos têm sofrido objeção por parte de Estados Unidos e UE, que entendem que os padrões privados, por sua natureza, não são passíveis de discussão no âmbito da Organização.

Outra questão importante é a transparência, tanto no processo de notificação quanto de concessão dos selos não oficiais estabelecidos pelos padrões privados. Segundo o Acordo TBT, toda exigência técnica imposta por algum membro da OMC, exceto em casos específicos, deve ser notificada à Organização para que os demais países possam comentar, adaptar ou até mesmo questionar a nova medida. Quando isso não é possível – como no caso dos padrões privados –, os critérios para a aquisição do selo de conformidade tornam-se incertos.

As discussões sobre esse tema já duram muitos anos, mas sem uma definição sobre o foro e legitimidade das mesmas. Em princípio, é legítimo que uma organização desenvolva um padrão privado para os produtos de seus interesses. É legítimo, ainda, que os consumidores as utilizem como forma de decidirem sobre a qualidade dos produtos. No entanto, é legítimo que tais padrões prejudiquem pequenos produtores ou constituam uma forma disfarçada de discriminar produtos similares? E pode a OMC, uma organização multilateral, atuar para impedir que grandes empresas ajam de forma discriminatória? Tais perguntas ainda não possuem resposta, mas a OMC tem acompanhado o tema, já que essas práticas podem ser usadas como medidas de proteção de mercado.

Considerações finais

Considerando a diversidade da utilização dos selos de qualidade e sua difusão pelo mundo, é importante destacar as vantagens e desvantagens desse cenário. Os selos de qualidade, tanto oficiais quanto não oficiais, promovem a competitividade entre as empresas, e quem ganha é o consumidor, por ter à sua disposição produtos de melhor qualidade. Por outro lado, os selos podem criar barreiras comerciais desnecessárias no mercado internacional.

Deve sempre existir uma justificativa para que selos oficiais e compulsórios sejam adotados: esse mecanismo deve ser utilizado quando o produto oferecer riscos à segurança do consumidor ou meio ambiente, ou ainda, quando o mal desempenho do produto trazer prejuízo econômico à sociedade. Contudo, é preciso prevenir que países os utilizem como forma protecionista, criando exigências desnecessárias para dificultar a importação de produtos.

Quanto aos selos não oficiais ou padrões privados, mesmo correspondendo a mecanismos voluntários de atestação da qualidade e de comunicação com o consumidor, é notório que quando não utilizados criteriosamente, segundo as regras dos selos oficiais voluntários (internacionalmente reconhecidas), podem ser caracterizados como uma forma de protecionismo disfarçado. Assim, é importante que as discussões sobre padrões privados no âmbito da OMC sejam acompanhadas para que esses selos não constituam barreiras comerciais.

Flávia C. L. Alves

Economista pela UFF e Mestre em Economia pela UERJ.

Rogério O. Corrêa

Engenheiro Químico pela UFRJ e Doutor em Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos pela UFRJ.

Jorge A. P. Cruz

Engenheiro Mecânico pela USU e Mestre em Tecnologia pelo CEFET.

Diego E. Pizetta

Advogado pela URI e Mestre em Relações Internacionais pela UFRGS.

COMPETITIVIDADE

O Pacote de Bali e a implementação do Portal Único nos Estados Unidos e no Brasil

Celia Feldpausch

A redução no custo de importações e exportações esperada com a facilitação do comércio motivou Brasil e Estados Unidos a criarem sistemas de portal único. Nesse contexto, este artigo examina o processo de implementação, os prazos e as expectativas em ambos os países com relação a tal programa.

○ Acordo de Facilitação do Comércio (TFA, sigla em inglês) constitui uma das peças principais do "Pacote de Bali", assinado em dezembro de 2013 pelos membros da Organização Mundial do Comércio (OMC). O Acordo busca aumentar a eficiência aduaneira e o recolhimento de receitas, bem como ajudar as pequenas empresas no acesso de novas oportunidades de exportação por meio de medidas como a transparência nas práticas aduaneiras, a redução de exigências burocráticas e o processamento prévio dos documentos.

A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), destaca que, em média, operações aduaneiras envolvem até 30 partes diferentes, 40 documentos e 200 elementos de dados, além de exigirem re-entrada de 60-70% de todos os dados, pelo menos uma vez. De fato, enquanto os países continuam a baixar as tarifas de importação em todo o mundo por meio de acordos comerciais, os custos das operações aduaneiras e burocráticas frequentemente ultrapassam o custo das tarifas de importação¹. Segundo o Fórum Econômico Mundial e o Banco Mundial, a redução das barreiras na cadeia de suprimentos pode aumentar o produto interno bruto (PIB) em até seis vezes mais do que a eliminação de tarifas.

Para alguns analistas, o Acordo pode impulsionar de forma substancial o comércio mundial. Algumas estimativas indicam que o TFA poderia aumentar o PIB global em US\$ 1 trilhão. Projeções recentes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirmam que, se totalmente implementado, o TFA poderia reduzir os custos no comércio em uma média de 14%. Esse impacto será fortemente influenciado pela maneira com que certos países categorizarão várias medidas relativas à facilitação de negócios, e pelos prazos adotados para a implementação².

Outro componente essencial do acordo é o estabelecimento de um sistema de portal único, que permite a importadores e exportadores apresentarem documentação e/ou requisitos de dados para importação, exportação ou trânsito de mercadorias através de um único ponto de entrada na agência governamental. Aqui, será examinado o processo de implementação do portal único em andamento no Brasil e nos Estados Unidos, considerando os prazos e as expectativas relacionadas ao programa em ambos os países.

Como líderes na economia global, Estados Unidos e Brasil têm desempenhado papel de vanguarda nos esforços para estabelecer o sistema de portal único. Em fevereiro, o presidente Barack Obama assinou decreto voltado a agilizar o processo de exportação/importação para as empresas estadunidenses. A referida Ordem Executiva exige a implementação do Sistema de Dados de Comércio Internacional (ITDS, sigla em inglês) até dezembro de 2016 e orienta as 47 agências federais envolvidas no comércio para se integrarem ao Portal Único. Estima-se que o ITDS reduzirá o tempo de processamento e aprovação de bens e serviços estadunidenses de dias para minutos³.

Por sua vez, o Brasil lançou, em abril de 2014, o Programa Portal Único de Comércio Exterior, que visa à redução do período necessário para exportar de 13 para 8 dias, e de 17 para 10 dias no caso das importações. A economia anual estimada para as empresas que trabalham no comércio exterior pode ser superior a US\$ 20,3 bilhões, calcula o

Documentos exigidos para importação

13

Índia

10

Rússia

8

Brasil

5

Estados Unidos

5

China

Documentos exigidos para exportação

9

Índia

9

Rússia

8

China

6

Brasil

3

Estados Unidos

Fonte: Banco Mundial (2013)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Ainda, o Programa busca aumentar a transparência, permitindo que as empresas monitorem o progresso das operações através da Internet e objetiva entrar em vigor dentro de três anos, ou seja, em 2017⁴. A iniciativa "Enabling Trade 2014", do Fórum Econômico Mundial, escolheu o Programa do Portal Único do Brasil como estudo de caso e produzirá um relatório a ser apresentado no próximo ano.

Vários avanços já ocorreram no Brasil e nos Estados Unidos relativos ao sistema do Portal Único. Desde a criação do Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), em 1992, usado para registrar as transações de importação e exportação, houve algumas mudanças. De acordo com fontes do MDIC, o fluxo de mercadorias aumentou mais de 10 vezes nos últimos 22 anos. Gargalos e requisitos – sem mencionar as 22 agências envolvidas nas transações – resultam em operações complexas de comércio exterior.

O objetivo do Portal Único é integrar ao novo sistema as 22 agências que participam do comércio. Os requisitos para inspeções físicas que envolvem duas ou mais agências serão feitos ao mesmo tempo. A redução da burocracia também é outro aspecto importante. Além de eliminar todas as exigências de documentos de papel através do uso de documentos digitais, a informação será compartilhada por todas as agências envolvidas. O Brasil fará, ainda, a plena integração dos documentos fiscais, incluindo a incorporação da "nota fiscal" no sistema, que atualmente não está integrada. O Brasil também apregoa que, neste momento, menos de 12% das transações requerem documentos em papel – e somente se a inspeção física for necessária. Por fim, o Brasil lançou, em 2013, um novo aplicativo de telefone para a importação, que permite notificações sempre que houver mudança na tramitação.

Até o final de 2014, o MDIC pretende: i) concluir a anexação de documentos digitais e eliminar os formulários em papel; ii) colocar o *site* em operação; iii) criar novos recursos de *drawback*; iv) implementar um novo sistema de dados no Brasil, com base no modelo da Organização Mundial das Alfândegas; e v) colocar em prática uma nova declaração aduaneira de exportação no *website*.

Em 2015, o Brasil prevê o lançamento das seguintes iniciativas relacionadas: i) elaborar um catálogo de produtos de cada transação comercial; ii) realizar o cadastro único de operadores comerciais; e iii) implementar o novo processo de exportação. Ainda, o país colocará em operação os seguintes projetos: i) em 2016, o novo processo de exportação; ii) em 2017, o novo processo de importação; iii) em 2016-2017, a integração SISCOMEX carga; e iv) em 2016-2017, um novo sistema de trânsito.

Nos Estados Unidos, o Portal Único será viabilizado pelo ITDS até 31 de dezembro de 2016. O ITDS é o programa que engloba todas as 48 agências governamentais envolvidas no comércio internacional. O ITDS auxiliará na identificação, documentação e processamento de operações de comércio mediante um único portal. O objetivo é substituir todas as transações à base de papel por um único registro eletrônico e eliminar a comunicação redundante, criando um sistema de portal único, no qual os dados serão divulgados às agências parceiras. Segundo a alfândega estadunidense, atualmente, 30 agências exigem cerca de 200 formulários para operações de importação e exportação; a harmonização envolve 47 agências nas importações e 12 agências nas exportações.

O projeto alcançou metas significativas até o presente momento. Quanto às importações, os Estados Unidos asseguraram a participação das agências anuentes, que agora estão incluídas e prontas a participar do programa. Além disso, o governo deu um passo importante rumo à priorização das agências que se adequarão ao Portal Único. A primeira fase envolveu testes de capacidades técnicas iniciais, abrangendo dados exigidos pela Agência de Proteção Ambiental (EPA, sigla em inglês) e pelo Serviço de Inspeção e Segurança Alimentar (FSIS, sigla em inglês), bem como a utilização dos serviços de interoperabilidade com outras agências através da Internet. De acordo com fontes do governo, o programa piloto da EPA já iniciou, e o programa piloto da FSIS está a caminho.

Além disso, a alfândega estadunidense continua testando o Sistema de Imagem de Documentos, que processará os documentos eletrônicos que atualmente devem ser apresentados em papel. O sistema de imagem do documento também será usado para exportações. O sistema incorporará intermediações com os Departamentos de Estado e do Comércio, e informações sobre as licenças de exportação emitidas por essas agências serão enviadas eletronicamente para a alfândega estadunidense. Esse processo permitirá a automatização das licenças de exportação de operações de exportação^⑤.

Relatório do ITDS, divulgado em dezembro de 2013 para o Congresso dos Estados Unidos, sustenta que a execução do programa tem sido impactada pela competição de prioridades e alocação de recursos para outros projetos. No entanto, foram estabelecidos vários prazos para o ITDS, incluindo o início da segunda fase do programa, na primavera de 2015. Outro desafio é conseguir participação do setor privado no processo do ITDS. O Conselho Executivo Interagencial de Fronteiras (BIEC, sigla em inglês), estabelecido pelo presidente Barack Obama para desenvolver as políticas e os processos mediante os órgãos envolvidos no comércio, é também responsável pela coordenação com as partes interessadas na comunidade de comércio. Os comitês criados no âmbito do BIEC englobam três áreas principais – gestão de riscos, processo de coordenação e engajamento externo – e são liderados pelo Departamento de Segurança Interna. O processo envolveu consultas intensas com associações, despachantes, comitês consultivos e especialistas em geral. Em suas discussões com o setor privado, representantes do governo solicitaram que o público divulgue quais são algumas das questões recorrentes durante esse período de transição para o novo sistema, e quais empresas estão dispostas a participar em programas-piloto.

Enquanto as agências avançam na implementação do ITDS, há duas datas-chave a se observar. Em novembro de 2015, todas as agências do governo serão incorporadas ao programa do Portal Único e, em outubro de 2016, o antigo sistema será extinto, e o novo Ambiente Comercial Automatizado (ACE, sigla em inglês) e o ITDS entrarão em operação.

Com o vencimento em dois anos dos prazos para a execução do ITDS, os órgãos governamentais sugerem que há uma enorme pressão para o diálogo com as agências e a consulta pública para alcançar a fase final do Portal Único. Na verdade, nos dois países existem prazos e processos semelhantes para harmonizar as agências regulamentares. Embora, nos Estados Unidos, existam 48 agências envolvidas nas operações de importadores, no Brasil, cerca de 22 agências podem afetar as transações comerciais. Ambas as iniciativas buscam eliminar documentos de papel e etapas redundantes para transações comerciais, com o objetivo final de migrar completamente para o sistema de Portal Único até dezembro de 2016 nos Estados Unidos, e 2017 no Brasil.

Alguns dos desafios são semelhantes para os dois países, como a coordenação com as agências, estados e o setor privado, cujas demandas devem ser incorporadas ao processo. Brasil e Estados Unidos conhecem os benefícios econômicos da remoção de barreiras comerciais: independentemente de quem chegar primeiro nessa corrida, os dois serão vencedores ao finalizarem essa etapa.



Celia Feldpausch

Presidente da empresa CTF Consulting Services. Foi diretora executiva da Brazil Industries Coalition (BIC) em 2011-2014.

① Ver: WTO. *Trade Facilitation-Cutting "Red Tape" at the Border*. Briefing Note, 12 fev. 2014.

② Ver: OECD. *The WTO Trade Facilitation Agreement: potential impact on trade costs*. Trade and Agriculture Directorate. Fev. 2014.

③ Ver: The White House. *President Obama to Sign Executive Order Streamlining the Export/Import Process for America's Business*. Press Release, 19 fev. 2014.

④ Ver: MDIC. *Federal Government Launches Portal Single Foreign Trade*. 23 abr. 2014.

⑤ Ver: *Report to Congress on the International Trade Data System*. Dez. 2013.

COMPRAS GOVERNAMENTAIS

A política de compras públicas sustentáveis e sua evolução no Brasil

Adriana Maria Magalhães de Moura

Este artigo analisa o repertório de regulação do Brasil em matéria de compras governamentais sustentáveis e discute alguns eixos de ação para que os esperados incentivos à formação de mercados e empregos “verdes” sejam alcançados e ampliados.

As compras públicas representam uma fatia substancial da economia de um país: de 8% a 25% do produto interno bruto (PIB), segundo estimativas. No Brasil, calcula-se que as compras públicas movimentem, nos diversos níveis de governo, cerca de 10% do PIB. Em 2013, de acordo com dados do Portal da Transparência do Governo Federal¹, foram gastos, apenas em despesas diretas do governo, R\$ 14 bilhões em obras, R\$ 8 bilhões em equipamentos e material permanente e R\$ 161 milhões em material de consumo. Dado o notável volume de recursos envolvidos, o setor público, como consumidor de grande porte, encontra-se em posição privilegiada para criar economias de escala, que alavancam as margens de lucros dos produtores e reduzem seus riscos.

Avalia-se, hoje, que as decisões de compras públicas produzem um impacto ambiental e social muito mais amplo do que se imaginava há 20 anos. De mudanças climáticas até condições mais justas de trabalho – é amplo o leque que pode ser contemplado nas decisões de compra. Assim, esses gastos devem ser bem planejados e investidos de forma estratégica, de modo a alavancar políticas públicas voltadas para objetivos sociais e ambientais pretendidos pela coletividade.

As Compras Públicas Sustentáveis (CPS) são aquelas que incorporam critérios de sustentabilidade aos processos licitatórios². Nas CPS, o Estado pode estabelecer políticas e atingir metas ambientais e sociais sem precisar alocar recursos adicionais em seu orçamento, deixando o setor produtivo e o mercado livres para buscar a melhor forma de atender à demanda para que esses objetivos sejam atingidos. Os produtos, serviços e obras de menor impacto ambiental também podem reduzir os gastos futuros do governo (custos evitados) com políticas de reparação de danos ambientais na sociedade³.

Dessa forma, a liderança dos governos pode, ao apresentar um comportamento mais sustentável para a sociedade, catalisar esse processo nos demais setores e incentivar o surgimento de novos mercados e empregos “verdes” – área que tende a ganhar mais espaço no cenário internacional nos próximos anos. As CPS também podem ser utilizadas para reduzir a poluição em outros países, principalmente quando a iniciativa parte daqueles com maior volume de comércio internacional. Isso não acontece com o uso de ferramentas econômicas como as taxações, que são decididas a nível nacional e tipicamente limitadas às firmas localizadas nas fronteiras dos países que as adotam. Além disso, a adoção dos critérios de sustentabilidade nos produtos estimula que as empresas busquem a adoção de rótulos (selos verdes) e sistemas de certificação ambiental de seus produtos – o que é vantajoso do ponto de vista do comércio internacional, visto que muitos países têm exigido critérios ambientais nos produtos importados⁴.

O potencial de alavancar melhorias no âmbito social é outro aspecto que tem sido explorado nas CPS: por exemplo, ao exigir condições de trabalho adequadas para os operários que trabalham em obras públicas ou promover novas oportunidades de trabalho para grupos marginalizados⁵.

Quanto aos custos, embora alguns produtos sustentáveis possam ser mais caros no início (quando incluem compensações no preço pelas novas tecnologias e materiais empregados ou pelo *design* diferenciado), frequentemente não se observa diferença significativa

no custo, comparativamente aos produtos convencionais. Quando estes passam a ser produzidos em maior quantidade, economias de escala são alcançadas e o custo tende a cair. Além disso, o cálculo do custo total do produto deve considerar variáveis que normalmente permanecem "ocultas", tais como o custo de operação, manutenção, disposição final, reciclagem, além dos custos externos negativos gerados para a sociedade. Ou seja, a proposta considerada mais vantajosa nas licitações deve ir além do preço inicial de aquisição. Em países europeus, mais avançados na aplicação das CPS, já se observa, inclusive, que houve uma redução nos custos das aquisições. No Brasil, também já existem experiências exitosas nesse sentido: por exemplo, em Minas Gerais, estado que está utilizando critérios de CPS, houve uma economia de R\$ 77 milhões no consumo de energia e economia de água entre os anos de 2007 e 2009.

Contexto internacional

A prática ganhou impulso em muitos países, principalmente nos europeus, após uma série de acordos e recomendações internacionais, tais como a Agenda 21, resultante da Conferência Rio-92, realizada no âmbito das Nações Unidas. Atualmente, 56 países praticam as CPS (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Países que praticam as CPS

Continente/País	Número de países
Ásia	10
África	8
Europa	25
América Latina e Caribe	9
América do Norte	2
Oceania	2
TOTAL	56

Fonte: Elaboração da autora, com base em: UNEP. Sustainable Public Procurement: a Global Review. United Nations Environment Programme, 2013.

Em 2012, na Conferência Rio+20, foi lançado o Programa-Quadro de 10 anos para Consumo e Produção Sustentáveis, que resultou no programa de Compras Públicas Sustentáveis (SPP, sigla em inglês), lançado em abril de 2014 e conduzido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o objetivo de apoiar a prática nos governos de todo o mundo. Outras iniciativas de programas internacionais que apoiam as CPS são: a Força Tarefa de Marrakesh (sobre produção e consumo sustentável) do PNUMA; a Rede Internacional de Compras Públicas (IGPN, sigla em inglês), rede de instituições públicas e privadas, com sede no Japão; o ICLEI – Governos Locais pela Sustentabilidade, que reúne cerca de 500 governos nacionais e locais, incluindo o Brasil; a Iniciativa Norte-Americana de Compras Verdes (NAPGI, sigla em inglês); e o Programa de Compras Verdes da União Europeia.

A experiência brasileira

No Brasil, já existem diversos dispositivos legais e normativos que apoiam as CPS. Destaca-se a alteração na Lei No. 8.666/1993 (pela Lei No. 12.349/2010), a lei geral de licitações e contratos administrativos, para introduzir o conceito de desenvolvimento sustentável, legitimando as CPS nas licitações públicas.

O Governo Federal tem implantado as CPS na administração pública federal por meio de uma estratégia baseada principalmente na Instrução Normativa (IN) de No. 01/2010 do Ministério do Planejamento (MP), a qual dispõe sobre os critérios de sustentabilidade na aquisição de bens e contratação de serviços ou obras no âmbito da Administração Pública Federal, e por meio do Decreto No. 7.746/2012, que estabelece critérios, práticas e diretrizes gerais para as contratações sustentáveis realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes. O Decreto institui, ainda, a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública

(CISAP), com a finalidade de propor critérios, práticas e ações de logística sustentável. A recente IN SLTI/MP No. 02/2014 estabelece que, nas aquisições ou locações de máquinas e aparelhos consumidores de energia, deverá ser exigido, nos instrumentos convocatórios, que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE). O Quadro 1 destaca os principais normativos referentes à temática.

Quadro 1 – Marco legal e normativo das CPS no Brasil

- Lei No. 12.187/2009 – Política Nacional sobre Mudança do Clima: preferência nas licitações para propostas que economizem recursos naturais e reduzam gases de efeito estufa e resíduos (art. 5º)
- Lei No. 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos: prioridade para produtos reciclados e recicláveis e padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (art. 7º)
- Lei No. 12.349/2010 – Altera a Lei No. 8.666/1983: compatibiliza alterações da legislação para abarcar o conceito de CPS – "A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável" (art. 3º)
- IN SLTI/MP No. 01/2010: dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal. Sua observância é obrigatória para obras ("deverão") e indicativa ("poderão") para bens e serviços
- Decreto No. 7.746/2012 – Regulamenta o art. 3º da Lei No. 8.666/1993: estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentável nas contratações federais, cria a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública e define a obrigatoriedade de elaboração dos Planos de Gestão Sustentável
- IN SLTI/MP No. 10/2012: dispõe sobre os planos de Gestão de Logística Sustentável
- IN SLTI/MP No. 02/2014: dispõe sobre regras para a aquisição ou locação de máquinas e aparelhos consumidores de energia pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como para o uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE) nos projetos e respectivas edificações públicas federais novas ou que recebam *retrofit*.

Fonte: Elaboração própria, com base na legislação consultada.

Com as inovações no marco legal brasileiro, as licitações públicas sustentáveis receberam um importante respaldo, o que tende a colocar fim a eventuais processos judiciais entre os licitantes que poderiam impor obstáculos à prática. Ressalta-se que o Tribunal de Contas da União (TCU), ao se pronunciar sobre a questão, decidiu que a Administração Pública deve inserir os critérios ambientais nas compras públicas desde que o processo ocorra de forma paulatina, de modo a preparar os ofertantes⁶.

Para apoiar a implementação das CPS, o MP estruturou o Portal eletrônico de Contratações Públicas Sustentáveis do Governo Federal. O instrumento busca orientar as licitações públicas sustentáveis⁷. O COMPRASNET, sistema de compras do governo, já registrou 2.292 processos de licitações sustentáveis. Com vistas a orientar a elaboração de editais, o Catálogo de Materiais (CATMAT) do Sistema de Compras do Governo Federal também possui, previamente cadastrados, mais de 800 itens feitos com materiais considerados sustentáveis⁸.

As compras sustentáveis no Brasil em 2012

- R\$ 40 milhões (0,1% do total gasto)
- Crescimento de 236% em relação a 2010
- Destaque para computadores, aparelhos de ar condicionado e papel

De acordo com o MP, em 2012, as compras sustentáveis responderam por cerca de R\$ 40 milhões, o que representa 0,1% do total gasto. Apesar da ainda baixa participação no valor total das compras públicas, as aquisições sustentáveis cresceram significativamente: cerca de 236% na comparação de 2012 em relação a 2010. Os bens mais adquiridos nas CPS no período foram computadores (26%), aparelhos de ar condicionado (22%) e papel (20%)⁹.

Além do Governo Federal, estados como São Paulo e Minas Gerais têm desenvolvido programas e legislações específicas para a prática das CPS. Os dois estados aderiram ao projeto CPS-Brasil, coordenado pelo ICLEI, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e financiamento do Reino Unido. O estado de São Paulo publicou um *Guia de CPS*, editou normas que incorporam preceitos de sustentabilidade nas aquisições (eficiência energética, consumo de água, madeira certificada, criação do Selo Socioambiental). Já Minas Gerais estudou 20 produtos e adotou CPS para 5 grandes famílias de compras da Administração Pública. A ideia é que esses estados-piloto, enquanto líderes, venham a influenciar os outros estados brasileiros a promoverem tais práticas.

Avanços necessários

Para um maior avanço das CPS no Brasil, é necessário que essas compras não sejam vistas como uma política a ser implantada de forma isolada. O setor produtivo deve ser trabalhado de forma integrada para que seja formado um mercado de produtos "verdes" ou sustentáveis – desde a extração da matéria prima na natureza, passando pelo uso de técnicas de produção mais limpas, gestão ambiental nas indústrias, manufatura dos produtos, até a reciclagem ou disposição final. Para atender às demandas futuras de grandes volumes de compras governamentais, esse setor de produção sustentável talvez necessite de estímulos e políticas econômicas específicas (por exemplo, redução de taxas e disponibilidade de financiamento para novas tecnologias) para estimular seu desenvolvimento, bem como o investimento em novas tecnologias.

A implementação das CPS constitui tarefa complexa, que levanta importantes questões relativas à necessidade de quantificação dos benefícios e dos custos decorrentes de sua adoção, de modo a compensar eventuais diferenças de preço para os produtos sustentáveis, mantendo o mercado competitivo. Muitos dos benefícios das CPS são intangíveis ou perceptíveis apenas a médio ou longo prazos. É necessário aferir tais benefícios e quantificá-los monetariamente, para que sejam incorporados na contabilidade do setor público e respaldem as decisões dos gestores. Dessa forma, ficarão mais claras as vantagens e o custo-benefício de se realizar uma compra de produtos sustentáveis *vis-à-vis* os produtos tradicionais do mercado¹⁰.

Também é recomendável o estudo das experiências exitosas obtidas em outros países que aplicam as CPS há mais tempo. A análise de boas práticas que possam ser adaptadas à realidade brasileira e incorporadas a nossas políticas públicas constitui uma maneira eficaz de obter resultados no curto prazo.

As CPS podem ser vistas como uma ferramenta que permite impulsionar políticas ambientais e sociais – principalmente quando considerada a escala das compras governamentais e o efeito cascata que estas produzem sobre a economia e a sociedade, o que multiplica investimentos feitos na direção do desenvolvimento sustentável. É

Muitos dos benefícios das CPS são intangíveis ou perceptíveis apenas a médio ou longo prazos. É necessário aferir tais benefícios e quantificá-los monetariamente, para que sejam incorporados na contabilidade do setor público e respaldem as decisões dos gestores.

recomendável que o governo brasileiro estabeleça metas para CPS nas aquisições federais, visto que, segundo o PNUMA, mais de 50% dos países que praticam CPS já estabelecem metas mandatórias para as licitações sustentáveis. A disseminação da prática para estados e municípios também deve ocorrer, de forma gradual e planejada, permitindo tanto aos setores responsáveis pelas compras públicas no governo quanto aos agentes do setor privado a necessária adaptação para implementá-las de forma bem sucedida.

- ❶ Ver: <www.portaltransparencia.gov.br>.
- ❷ Entre alguns critérios possíveis para os produtos licitados estão os que se referem a aspectos ambientais (produção orgânica, eficiência energética, biodegradabilidade, uso de material reciclável, longevidade de produto, baixa toxicidade, baixa emissão de carbono, menor consumo de água, produtos com origem certificada, entre outros) e aqueles que tratam de aspectos sociais (como impacto sobre a saúde do trabalhador ou do consumidor e exigência de condições de trabalho adequado).
- ❸ Ver: IPEA. Financiando o Desenvolvimento Sustentável: o papel das compras públicas. In: *Brasil em desenvolvimento 2011: Estado, planejamento e políticas públicas*. vol. 2. IPEA: Brasília: 2011.
- ❹ Ver: Bränlund, Runar et al. *Assessment Of Green Public Procurement As A Policy Tool: Cost-Efficiency And Competition Considerations*. Umea University, 2009.
- ❺ Ver: <<http://ead-cps.planejamento.gov.br>>.
- ❻ Ver: Couto, Hugo Leonnardo Gomides do; Couto, Marília Cláudia Martins Vieira. *O marco regulatório das compras públicas sustentáveis*. Jus Navigandi: Teresina. Ano 16, n. 2.818, 20 mar. 2011.
- ❼ Ver: <<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br>>.
- ❽ Ver: <<http://www.comprasnet.gov.br>>.
- ❾ Ver: <<http://bit.ly/1w6cc0K>>.
- ❿ Ver: Willis, Ken. Is all sustainable development sustainable? A cost-benefit analysis of some procurement projects. In: *Journal of Environmental Assessment Policy and Management*, vol. 12, n. 3, 2010, pp. 311-31.



Adriana Maria Magalhães de Moura

Mestre em Ciência Política e Técnica de Planejamento e Pesquisa da Coordenação de Sustentabilidade Ambiental do IPEA.

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Análise dos contratos de tecnologia pelo poder público: o caso brasileiro

Denis Borges Barbosa

No Pontes de setembro, um dos artigos publicados sustentava que as práticas de análise de contratos de tecnologia empreendidas pelo INPI constituem uma barreira à eficiência do comércio exterior no Brasil. O presente texto argumenta que a atuação do INPI nesse contexto, mesmo apresentando diferentes práticas desde os anos 1970, ainda representa a política pública brasileira e a necessidade de controle fiscal e cambial dos pagamentos a título de licenças de patente e marcas e por contratos de tecnologia.

Um dos temas recorrentes das discussões sobre transferência de tecnologia e propriedade intelectual no Brasil é o papel do Estado nas contratações de comércio de conhecimentos técnicos e de licenciamento de direitos. Qual é o sistema mais eficaz para alcançar as metas de desenvolvimento econômico e humano do país: o distanciamento do Estado dos fluxos do investimento tecnológico, ou algum nível significativo de atuação?

Dentre as recomendações do Relatório das Nações Unidas de 1964 sobre a adequação do sistema de patentes às necessidades de um país em desenvolvimento¹, uma das mais discutidas talvez tenha sido a de que os Estados nacionais devem atentar para os contratos de tecnologia e os pagamentos neles previstos.

É provável que a recomendação tenha resultado da singular experiência japonesa no segundo pós-guerra: de acordo com estudo recente, a intervenção estatal no Japão sobre os fluxos de tecnologia poderia ser qualificada, ao menos em certos contextos, como um fator positivo ao desenvolvimento². A adoção de políticas análogas pelos países do Pacto Andino também se mostrou muito relevante na época.

Seja ou não como um resultado direto do estudo das Nações Unidas, o Banco Central do Brasil começou a analisar, com base na Lei do Capital Estrangeiro (1962), os pedidos de pagamento de *royalties* e assistência técnica em moeda estrangeira. Os contratos respectivos começaram assim a ser considerados quanto a seus preços explícitos (o valor em moeda forte) e implícitos (o comprometimento da livre atuação do adquirente brasileiro através das obrigações contratuais)³.

A atuação da autoridade cambial em finais dos anos 1960 seguia a intervenção dos órgãos fiscais desde 1958, que – por via de mudança na lei brasileira – havia estabelecido certos critérios de contenção (limites de dedutibilidade fiscal perante o Imposto de Renda) aos mesmos pagamentos de contratos de tecnologia e propriedade industrial. Essa primeira atuação estatal provavelmente seria classificada hoje em dia como medida de controle de preços de transferência.

Assim, antes mesmo da criação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), em 1970, o Estado brasileiro já fazia controle fiscal e cambial dos pagamentos de tecnologia e licença de propriedade industrial e – mediante a noção de preços implícitos – também das cláusulas restritivas ao comércio de tecnologia. Para justificar essa última intervenção, as autoridades cambiais faziam uso da legislação antitruste então vigente, muito embora sem articulação direta com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

Com a criação do INPI – autarquia que resultou da transformação administrativa do escritório federal de marcas e patentes, estabelecido em 1923 –, os poderes de atuação do Estado brasileiro foram delegados à nova entidade, sem instituição de poderes legais novos. O que já estava acontecendo foi transferido ao INPI, quadro que persiste até os dias atuais.

Patentes válidas nos países
BRICS em 2012

China

875.000

Rússia

181.000

África do Sul

112.000

Índia

42.991

Brasil

41.453

Fonte: OMPI (2014)

Passou assim a caber ao escritório de propriedade industrial a análise fiscal e cambial dos contratos, assumindo também a atuação quanto às cláusulas restritivas. Essa pauta de atividades foi resumida e regulada em 1975 pelo Ato Normativo 15 da autarquia⁴.

Ainda que precedesse, em tempo, o exercício das negociações do Código de Conduta para Transferência de Tecnologia no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês), o sistema desse Ato Normativo em muito se aproximava das propostas do instrumento internacional.

No entanto, a forma mais peculiar de ação da autarquia quanto aos contratos de tecnologia e de licença, desde 1971 até o início dos anos 1990, não era o controle fiscal ou cambial, nem mesmo de práticas restritivas⁵. Com base em sua lei própria, e com suporte em decisão do Supremo Tribunal Federal⁶, o INPI examinava nesse período a conveniência e oportunidade da contratação.

Tal avaliação era feita não necessariamente com base nos interesses do supridor ou tomador de tecnologia ou da licença, mas considerando também aspectos de interesse do desenvolvimento econômico do país e compromissos de investimento tecnológico das partes.

À época, essa intervenção estatal não representava nenhum tipo de rejeição aos investimentos estrangeiros ou aos fluxos internacionais de tecnologia: a análise histórica do período tende a apontar, pelo contrário, para uma busca de equilíbrio entre os agentes do desenvolvimento brasileiro⁷.

Essa atuação substantiva nos contratos, como política industrial em estado puro, cessa no início do governo Fernando Collor, ainda que as bases legais para sua continuação se mantivessem inalteradas, e perde seu fundamento legal com a própria Lei de Propriedade Industrial, aprovada em 1996, no contexto posterior ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês). De outro lado, não houve nenhuma alteração nos instrumentos legais que permitem – e exigem – que o INPI interfira nos contratos de tecnologia e licenças para fins de controle cambial, fiscal e provavelmente de repressão às práticas restritivas.

Mais recentemente, porém, notam-se questionamentos, inclusive judiciais, em relação a essa atuação do INPI brasileiro, mas os procedimentos perante os tribunais ainda estão em curso⁸. Em setembro de 2013, durante o período de mudança da administração da autarquia, algumas associações empresariais manifestaram interesse em extinguir de vez o procedimento de controle dos contratos. A presente administração da autarquia não manifestou qualquer propósito no sentido de remover tais procedimentos.

Como os controles em questão atendem a propósitos (como administração tributária e gerência do monopólio cambial da União) que não são de cunho estritamente privado, é natural que os agentes econômicos que são objeto da regulação questionem sua eficácia e mesmo sua legalidade. De outro lado, especialmente no que toca à análise de cláusulas restritivas, mas também quanto a aspectos tributários, mesmo os países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) continuam mantendo – e renovando – mecanismos de análise efetiva ou potencial dos contratos de tecnologia e licença⁹.

Não se conhecem estudos econômicos e de política pública, sistemáticos e imparciais, sobre a eficácia da intervenção do Estado brasileiro nos contratos de tecnologia e de licença durante todo esse período. A atuação estatal, ao estilo do Pacto Andino e de muitos outros países, foi objeto de avaliação pela UNCTAD no início dos anos 1980, com resultados considerados positivos¹⁰.

Mas ao estilo de atuação mais direta, tentada pelo Brasil no período 1979-1988, no que aplicava limites discricionários à entrada, vinculados a compromissos de investimento tecnológico, permanece um objeto inexplorado nos estudos. Historicamente, a cessação

do experimento brasileiro não se deveu a qualquer insucesso ou falha do modelo, mas a transformações ideológicas no sistema político nacional como um todo.

Na sua vertente atual, de controle fiscal e cambial, não se pode esperar que haja abolição completa de atuação estatal sobre tais contratos. Pelo contrário, fica cada vez mais clara a importância da atuação dos órgãos de defesa da concorrência em relação à propriedade intelectual e à tecnologia. Nesse sentido, o que se pode esperar é uma maior sofisticação e integração no exame das chamadas cláusulas restritivas, ainda que tomando o modelo europeu de intervenção como suficiente.

- ❶ Ver: ONU. Le Rôle des Brevets dans le Transfert des Connaissances Techniques aux Pays Sous-Développés. Rapport du Secrétaire Générale (E/3861). 10 mar. 1964. O texto foi objeto de análise crítica em 1975 pela UNCTAD.
- ❷ Ver: Yamane, Hiroko. *Competition Analyses of Licensing Agreements: Considerations for Developing Countries under TRIPS*. Discussion Paper. ICTSD: Genebra, 2014.
- ❸ Ver: Furtado, Gustavo Guedes. *Transferência de Tecnologia no Brasil: uma análise de condições contratuais restritivas*. Dissertação de Mestrado. UFRJ, IPID. 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/1vmleti>>. Ver também: Franco, Karin Klempp. *A Regulação da Contratação Internacional de Transferência de Tecnologia: perspectiva do Direito de Propriedade Industrial, das Normas Cambiais e Tributárias e do Direito Concorrencial*. Tese de Doutorado. USP. 2010, p. 36. Disponível em: <<http://bit.ly/1ytpXec>>.
- ❹ Disponível em: <<http://bit.ly/1qijOVd>>.
- ❺ Ver: <<http://bit.ly/ZWsuiE>>.
- ❻ Acórdão encontrado em RTJ 106/1057-1066. Curiosamente, a decisão analisa a atuação do INPI inclusive em face do Código de Conduta para a Transferência de Tecnologia, então discutido no âmbito da UNCTAD, mas jamais concluído.
- ❼ "Se o modelo de desenvolvimento econômico adotado no período era claramente baseado em uma estreita associação com os capitais estrangeiros, desta última não se dispensava algum grau de planejamento e orientação. Estes seriam instrumentos essenciais para o estabelecimento de uma divisão de tarefas e poderes que fosse capaz de manter o tripé de sustentação do modelo — capital privado nacional, capital privado internacional e capital estatal — em constante equilíbrio". Ver: Ver: Malavota, Leandro Miranda. *Patentes, marcas e transferência de tecnologia durante o regime militar: um estudo sobre a atuação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (1970-1984)*. Dissertação de Mestrado. UFRJ. 2006, p. 210.
- ❽ Para uma análise dessas decisões judiciais e da atual posição do INPI quanto à análise de contratos, ver: Borges Barbosa, Denis. *Technology Contracts in Brazil: The Patent Office Screening Role*. 24 mai. 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/Znz54l>>.
- ❾ A regulação europeia dos contratos de que trata este artigo encontrou nova formulação no Regulamento No. 316/2014 da Comissão (21 mar. 2014), relativo à aplicação do art. 101º, n. 3, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia a certas categorias de acordos de transferência de tecnologia. Disponível em: <<http://bit.ly/1sA00ao>>.
- ❿ Ver: Sampath, Padmashree Gehl; Roffe, Pedro. *Unpacking the International Technology Transfer Debate: Fifty Years and Beyond*. ICTSD, 2012.



Denis Borges Barbosa
Professor da Academia de
Propriedade Intelectual e
Inovação do INPI.

Informações úteis

Conferência BBEST discutirá avanços em bioenergia

Com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), a Conferência Brasileira sobre Ciência e Tecnologia em Bioenergia (BBEST, sigla em inglês) realiza sua segunda edição entre 20 e 24 de outubro, em Campos do Jordão (SP). O evento constitui um espaço de interlocução para cientistas, estudantes, organizações não governamentais e representantes da indústria e do governo. Nessa ocasião, serão debatidos resultados de pesquisas nacionais e internacionais sobre bioenergia, na interface de áreas do conhecimento como: tecnologia, inovação, motores, meio ambiente, sustentabilidade, uso da terra, biomassa e novos combustíveis – com destaque para investigações empreendidas no âmbito do Programa FAPESP de Pesquisa em Bioenergia (BIOEN). A programação da segunda edição da BBEST também conta com um dia voltado à formulação de políticas públicas em bioenergia nas áreas de segurança alimentar, mudanças climáticas, inovação e desenvolvimento sustentável. Para acessar mais informações sobre a Conferência, clique [aqui](#).

FAPESP lança chamada para Newton Fund

Estão abertas candidaturas para financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em parceria com o Newton Fund. A chamada de propostas busca estimular o intercâmbio internacional em pesquisa. No estado de São Paulo, a FAPESP selecionará propostas de pesquisadores de instituições de ensino superior e de pesquisa que queiram trazer visitantes do Reino Unido e de jovens do Reino Unido interessados em iniciar carreira em pesquisa em instituição no estado de São Paulo. Como contrapartida na chamada, as academias britânicas – especificamente a British Academy, a Academy of Medical Sciences e a Royal Society – oferecem Newton International Fellowships e Newton Advanced Fellowships para a comunidade de pesquisa brasileira, em ciências naturais, sociais e médicas. A British Academy, a Royal Society e a Royal Academy of Engineering oferecem auxílios de mobilidade para a comunidade de pesquisa brasileira nas áreas de ciências naturais e sociais e de engenharia. Clique [aqui](#) para acessar instruções para propostas na modalidade “pesquisador visitante” e [aqui](#) para propostas na modalidade “jovem pesquisador”. As informações sobre financiamentos oferecidos pelas instituições britânicas podem ser obtidas [aqui](#). A data final para submissão de propostas é 22 de outubro de 2014.

IEA organiza evento sobre problemas ambientais da atualidade

O Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP) realizará, em 24 de outubro, a conferência “Changing Global Environments”, que será proferida por Heide Hackmann, secretária-geral do

Conselho Internacional de Ciências Sociais (ISSC, sigla em inglês). Hackmann discutirá as recomendações feitas às comunidades internacionais de ciências sociais na terceira edição do *Relatório Mundial sobre as Ciências Sociais*, sobre a necessidade de produção de conhecimentos que ajudem na resolução dos problemas ambientais mais urgentes. O evento terá como debatedores os professores Eduardo Marques (USP); Eduardo Viola (Universidade de Brasília); e Pedro Jacobi (USP). A conferência será realizada em 24 de outubro de 2014, das 14h às 17h, na Sala de Eventos do IEA, à R. Praça do Relógio, 109, bloco K, 5º andar, Cidade Universitária, São Paulo-SP. O evento também será transmitido pela Internet. Clique [aqui](#) para mais informações.

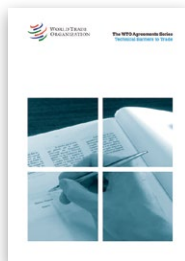
Simpósio nos Estados Unidos discute pesquisas sobre Amazônia

Em 28 de outubro, pesquisadores do Brasil e dos Estados Unidos participarão do evento “FAPESP-US Collaborative Research on the Amazon”, que será realizado no Wilson Center's Brazil Institute (em Washington, DC). Parte das pesquisas que serão apresentadas está sendo empreendida em conjunto e apoiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e pelo Departamento de Energia dos Estados Unidos (DOE, sigla em inglês), organizadores do evento. O objetivo dos projetos é entender como fatores biológicos, ambientais, econômicos e sociais influenciam, entre outras questões, o regime de chuvas da Amazônia; e como alterações na formação de nuvens de chuva sobre a floresta equatorial brasileira pode impactar essa e outras regiões no planeta. Para acessar a programação completa e fazer sua inscrição, clique [aqui](#).

INMETRO contrata estagiário

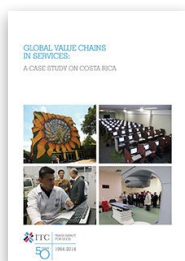
O Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) abriu processo de seleção para o programa de estágio nos estados de Rio de Janeiro, Goiânia e Rio Grande do Sul. São 60 vagas para o ensino superior: os candidatos devem estar entre o 2º e o 6º período da Graduação nos cursos especificados [aqui](#). O processo seletivo será constituído pelas seguintes etapas: redação, dinâmica de grupo e entrevista individual com supervisor da área do INMETRO. Os aprovados receberão bolsa auxílio e auxílio transporte. Os interessados devem enviar o currículo, até 31 de outubro, para o e-mail: <inmetro@cieerj.org.br>. Para mais informações sobre o processo de seleção, clique [aqui](#).

Publicações



Barreiras técnicas ao comércio **OMC – agosto 2014**

Nos últimos anos, as normas técnicas adquiriram relevância na política comercial dos países e, atualmente, constituem tema central nas negociações, em especial nos fóruns multilaterais. A fim de qualificar o debate sobre o tema, a Organização Mundial do Comércio (OMC) produziu um livro que traça um panorama conciso da conjuntura, finalidade e escopo do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio (TBT, sigla em inglês), além de delinear seus princípios-chave e suas respectivas abordagens ao longo das negociações da Rodada Doha e em disputas recentes. Ainda, o livro analisa as decisões e recomendações do Comitê de Barreiras Técnicas da OMC desde seu estabelecimento, em 1995. A publicação também traz o texto integral e revisado do Acordo TBT. Acesse o documento [aqui](#).



Cadeia global de valor em serviços: um estudo de caso sobre a Costa Rica **ITC – setembro 2014**

O conceito de cadeias globais de valor (CGV) lançou novas perspectivas tanto sobre a fragmentação produtiva impulsionada pelo fenômeno da globalização, quanto sobre a dinâmica dos fluxos de comércio internacional. A partir das CGV, a inserção externa dos países pode ser analisada por meio de variáveis outrora incomuns na pesquisa sobre o tema, como o papel do setor de serviços na integração comercial das economias. Nesse relatório, o Centro de Comércio Internacional (ITC, sigla em inglês) avalia como a dinâmica do setor de Serviços contribui para que economias em desenvolvimento – principalmente aquelas de pequeno porte – desempenhem papéis relevantes nos fluxos de comércio e padrões de investimento internacional no século XXI. O ITC realiza uma análise das transformações produtivas na Costa Rica, com destaque para os desafios que se colocam ao país em matéria de competitividade do setor de serviços nas CGV. Acesse o estudo [aqui](#).



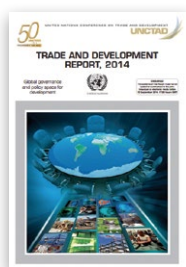
Crença e ceticismo sobre investimento e comércio internacional **Pew Institute – setembro 2014**

O comércio internacional é um tema de grande importância na agenda de pesquisa das ciências sociais aplicadas, principalmente nas áreas de Economia e Política. Em geral, o debate científico concentra-se nas diversas consequências do comércio para os países, sejam elas sociais, tecnológicas, financeiras ou ambientais. Porém, mesmo com essa maturidade teórica, qual a percepção da opinião pública a respeito do tema? Ao longo de três meses, o Pew Institute entrevistou mais de 48 mil pessoas em 44 países, com o objetivo de avaliar a percepção do público a respeito do aprofundamento dos laços financeiros e comerciais entre os países. Acesse a pesquisa completa [aqui](#).



Consequências das transformações chinesas para o Brasil: uma nova janela de oportunidade? **Banco Mundial – julho 2014**

Na última década, Brasil e China desenvolveram um relacionamento de aproximação, que foi favorecido por fatores como a escala de suas economias, a complementaridade de seus recursos e a diferença entre seus padrões de consumo e produção. A decisão da China em diminuir seu ritmo de crescimento econômico, priorizando o consumo interno e o investimento em atividades de maior valor agregado traz implicações significativas para o desempenho econômico do Brasil. O Banco Mundial analisa as características dessa relação e os principais desafios brasileiros em termos de diplomacia, política industrial e produtividade para capitalizar os eventuais ganhos do país com o novo paradigma econômico da China. Acesse o relatório [aqui](#).



Relatório de comércio e desenvolvimento 2014: governança global e o espaço para políticas de desenvolvimento UNCTAD – setembro 2014

O relatório anual da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD, sigla em inglês) examina as tendências recentes da economia global – que, em setembro de 2014, concluiu seu sexto ano em crise financeira. O documento analisa como as políticas públicas foram inadequadas para superar as restrições econômicas do período, principalmente as políticas fiscais. O relatório também destaca a importância de políticas industriais e comerciais pró-ativas, que sejam capazes de promover o crescimento da renda e do emprego, além de outras variáveis socialmente desejáveis. Acesse o relatório [aqui](#).



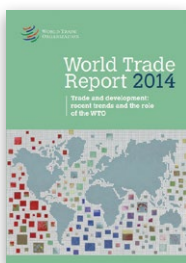
A economia da mudança climática na América Latina e Caribe: paradoxos e desafios CEPAL – setembro 2014

As alterações climáticas constituem um dos maiores desafios do século XXI e, mesmo com causas e consequências em escala planetária, afetam de maneira assimétrica os vários países e grupos socioeconômicos. Embora a América Latina e o Caribe tenham contribuído menos às mudanças no clima, devido a seu baixo nível de emissão de gases de efeito estufa, nem por isso a região deixa de ser particularmente vulnerável à deterioração global do meio ambiente. Além disso, o recente desempenho econômico da região demanda que os países latino-americanos estejam preparados para uma transição rumo a um modelo mais sustentável de crescimento, que preserve seus ativos econômicos, sociais e naturais para as futuras gerações. Assim, o estudo da CEPAL avalia a configuração de uma matriz de políticas públicas e privadas que melhorem a qualidade de vida e combatam a mudança climática, principalmente por meio da alteração dos padrões de consumo e necessidades de transporte na região. Acesse o documento [aqui](#).



Relatório da competitividade global 2014 Fórum Econômico Mundial – setembro 2014

Apesar dos sinais de recuperação da economia global em relação à crise financeira de 2008, a retomada do crescimento tem sido muito mais vagarosa em comparação a crises anteriores. O fim da expansão monetária praticada por países como Estados Unidos e Japão pode ter impactos significativos na liquidez mundial e no crescimento dos mercados emergentes. De acordo com o relatório anual do Fórum Econômico Mundial (WEF, sigla em inglês), serão necessárias reformas estruturais para recuperar a produtividade, por meio de investimentos mais assertivos em setores inovadores e por uma colaboração mais qualificada entre Estado e setor privado. O relatório também avalia indicadores de competitividade para 144 países, incluindo o Brasil. Acesse a publicação [aqui](#).



Relatório do Comércio Mundial 2014 OMC – outubro 2014

Em meio ao aprofundamento do impasse em relação ao Pacote de Bali, a Organização Mundial do Comércio (OMC) divulgou a edição de 2014 do World Trade Report. O relatório analisa como as práticas de comércio internacional dos países em desenvolvimento foram influenciadas por quatro grandes tendências econômicas: a ascensão dos mercados emergentes; a crescente integração produtiva das cadeias globais de valor; a alta dos preços das commodities agrícolas e dos recursos naturais; e a crescente interdependência da economia mundial. O relatório argumenta que, nesse cenário, o sistema multilateral de comércio oferece oportunidades significativas de crescimento, não apenas para países emergentes, mas em especial para aquelas economias de menor desenvolvimento relativo. O estudo analisa, ainda, a fragmentação geográfica da produção e a modificação das cadeias de valor nas últimas décadas. Para acessar o relatório, clique [aqui](#).

EXPLORE O MUNDO DO COMÉRCIO E DO DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL POR MEIO DA REDE BRIDGES DO ICTSD

PUENTES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na América Latina e no Caribe - Publicação em espanhol
www.ictsd.org/news/puentes

BIORES

Informações e análises sobre comércio e meio ambiente
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/biores

BRIDGES

Informações sobre comércio sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges

桥

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque internacional - Publicação em chinês
www.ictsd.org/news/qiao

МОСТЫ

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países da CEI - Publicação em russo
www.ictsd.org/news/bridgesrussian

BRIDGES AFRICA

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque na África - Publicação em inglês
www.ictsd.org/news/bridges-africa

PASSERELLES

Informações e análises sobre comércio e desenvolvimento sustentável
Enfoque nos países francófonos da África - Publicação em francês
www.ictsd.org/news/passerelles



International Centre for Trade and Sustainable Development

Chemin de Balexert 7-9
1219 Geneva, Switzerland
+41-22-917-8492
www.ictsd.org

A produção de PONTES tem sido possível
graças ao apoio generoso de:

**DFID - Departamento do Reino Unido para
o Desenvolvimento Internacional**

**SIDA - Agência Sueca de Desenvolvimento
Internacional**

**DGIS - Ministério de Relações Exteriores
da Holanda**

**Ministério de Relações Exteriores da
Dinamarca**

**Ministério de Relações Exteriores da
Finlândia**

**Ministério de Relações Exteriores da
Noruega**

O PONTES também beneficia de
contribuições de especialistas na área
de comércio e desenvolvimento sustentável
na forma de artigos.

O PONTES recebe propostas de publicidade
ou de patrocínio que contribuam para a
redução de seus custos de publicação e que
ampliem o acesso aos seus leitores.
A aceitação de tais propostas fica a critério
dos editores.

As opiniões expressadas nos artigos
publicados no PONTES são exclusivamente
dos autores e não refletem necessariamente
as opiniões do ICTSD.



Creative Commons Attribution-
NonCommercial-NoDerivatives 4.0
International [License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/).

Preço: €10.00
ISSN 1996-919

